



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**OFÍCIO Nº 531/2025 GP CM**

São Pedro da Aldeia, 10 de dezembro de 2025.

**Exmo. Sr.**  
**Vereador JEAN PIERRE BORGES DE SOUZA**  
**Presidente da Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia/RJ**

**Ref.: Encaminha Mensagem**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, venho através deste encaminhar a Vossa Excelência a **Mensagem nº 041, de 10 de dezembro de 2025**, que “**Dispõe sobre a circulação de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropeidos no Município de São Pedro da Aldeia, e dá outras providências**”, para apreciação e aprovação pelos nobres Edis dessa Egrégia Casa Legislativa.


Sendo matéria de expressivo interesse público, peço e espero que o Projeto de Lei anexo seja apreciado em **REGIME DE URGÊNCIA**, conforme faculta o artigo 55 da Lei Orgânica Municipal.


Aproveito a oportunidade para reafirmar votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**CORRESPONDENCIA  
RECEBIDA**

EM, 12/12/2025, às 14h 43

  
Adriana Santos da S. Silveira  
Matrícula 1736 / COM  
Câmara Municipal de S. P. da Aldeia

  
**FÁBIO DO PASTEL**  
Carlos Fábio da Silva  
=Prefeito=



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**MENSAGEM Nº 041, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE  
ILUSTRÍSSIMOS SENHORES VEREADORES**

Cumprimentando-os, sirvo-me desta **MENSAGEM** para submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso **PROJETO DE LEI** que “**Dispõe sobre a circulação de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos no Município de São Pedro da Aldeia, e dá outras providências**”, conforme o constante nos autos do Processo Administrativo nº 15898/2025-E.

A presente proposta legislativa objetiva regulamentar a circulação de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos no Município.

Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, CF), de modo que cabe à União legislar sobre assuntos nacionais de trânsito, cabendo aos Municípios a ordenação do trânsito urbano, que é de seu interesse, conforme artigo 30, I, II e V da CF.

Há robusta jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de declarar a inconstitucionalidade de leis municipais que versem sobre trânsito e transporte de forma diversa dos parâmetros fixados pelo legislador federal.


A própria legislação federal (art. 24, CTB) reconhece a competência municipal para organizar, planejar, regulamentar o trânsito local, desde que com estrita observância das diretrizes estabelecidas em âmbito federal. Nesse sentido, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), como a Resolução CONTRAN nº 996/2023, definem as regras gerais e as classificações dos veículos, cabendo aos Municípios a responsabilidade de regulamentar e fiscalizar a circulação desses equipamentos dentro de suas áreas urbanas, considerando as especificidades locais.

Deste modo, a presente proposta de lei encontra-se em consonância com a legislação federal em vigor, não havendo óbices à sua aprovação.

Sendo assim, considerando a relevância da matéria para o Município, encaminho o **PROJETO DE LEI** anexo, solicitando a sua apreciação em **REGIME DE URGÊNCIA**, conforme faculta o art. 55 da Lei Orgânica Municipal.


Com estima e elevada consideração, renovo aos nobres Edis desse Respeitável Poder, minhas homenagens.

Atenciosamente,

  
**FÁBIO DO PASTEL**  
Carlos Fábio da Silva  
= Prefeito =

**CORRESPONDENCIA  
RECEBIDA**

EM, 12/12/2025

  
Adriana Santos da S. Silveira  
Matrícula 1736 LCOM  
Câmara Municipal de S. P. da Aldeia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
Vereador JEAN PIERRE BORGES DE SOUZA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA – RJ**





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 0290 /2025.**

**Dispõe sobre a circulação de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos no Município de São Pedro da Aldeia, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, Estado do Rio de Janeiro,**

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta a circulação de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos nas vias públicas, ciclovias, ciclofaixas e áreas de circulação de pedestres do Município de São Pedro da Aldeia, em conformidade com as definições da Resolução CONTRAN nº 996, de 15 de junho de 2023, e demais normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

**I** - Bicicleta: veículo de propulsão humana, dotado de duas rodas, não sendo, para efeitos do CTB, similar à motocicleta, motoneta ou ciclomotor;

**II** - Bicicleta elétrica: veículo de propulsão humana, dotado de motor auxiliar, que atenda cumulativamente às seguintes condições:

- a) potência nominal máxima de até 1.000 W (mil watts);
- b) funcionamento do motor condicionado ao movimento dos pedais (pedal assistido);
- c) ausência de acelerador ou dispositivo de variação manual de potência;
- d) velocidade máxima de propulsão do motor auxiliar não superior a 32 km/h (trinta e dois quilômetros por hora);

**III** - Ciclomotor: veículo de duas ou três rodas, provido de motor de combustão interna com cilindrada não superior a 50 cm<sup>3</sup> ou de motor elétrico com potência máxima de 4 kW, cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a 50 km/h;

**IV** - Equipamento de mobilidade individual autopropelido: veículo dotado de motor elétrico, com:

- a) potência nominal máxima de até 1.000 W (mil watts);
- b) velocidade máxima de fabricação não superior a 32 km/h;
- c) largura máxima de 70 cm e distância entre eixos de até 130 cm.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**CAPÍTULO II**  
**DAS NORMAS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA**

**Art. 3º** A circulação, o tráfego, a parada, o estacionamento e o uso de equipamentos obrigatórios em ciclomotores observarão integralmente o Código de Trânsito Brasileiro e as resoluções do CONTRAN vigentes.

**Art. 4º** Os equipamentos obrigatórios para bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos serão aqueles definidos nas normas expedidas pelo CONTRAN.

**Parágrafo único** - O condutor e o passageiro deverão utilizar capacete ciclístico conforme a NBR nº 16175, salvo nos casos de patinetes elétricos.

**Art. 5º** A circulação de bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos nas vias urbanas do Município obedecerá às seguintes regras:

- I** - deverá ocorrer prioritariamente em ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, respeitando a velocidade máxima de 20 km/h (vinte quilômetros por hora);
- II** - deverá ser reduzida a velocidade nas proximidades de interseções não sinalizadas, escolas, hospitais, locais de embarque e desembarque, faixas de pedestres ou onde haja concentração de pedestres;
- III** - na ausência de ciclovia, ciclofaixa ou ciclorrota, o tráfego deverá ocorrer no acostamento ou, inexistindo este, junto ao bordo direito da pista de rolamento, no mesmo sentido da via;
- IV** - é proibida a circulação em vias cuja velocidade máxima regulamentada seja superior a 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora);
- V** - é vedada a circulação em áreas exclusivas de pedestres, tais como calçadas, passeios e calçadas;
- VI** - quando necessário o trânsito em áreas de pedestres para fins de travessia, estacionamento ou outro motivo, o veículo deverá ser conduzido desmontado, sendo o condutor equiparado a pedestre;
- VII** - o estacionamento deverá ocorrer de modo a não obstruir a livre circulação de pedestres nem o acesso a edificações;
- VIII** - é vedada a parada ou o estacionamento desses veículos em calçadas com largura inferior a 3 (três) metros, bem como sobre ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas;
- IX** - é proibido o transporte de passageiro, animal ou carga, salvo se o veículo dispuser de equipamento próprio para tal, em conformidade com as normas de segurança.

**§ 1º** As restrições dos incisos IV, V e VI não se aplicam aos equipamentos destinados à locomoção de pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida.

**§ 2º** Nesses casos, a velocidade máxima permitida em áreas de pedestres será de 6 km/h (seis quilômetros por hora).





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**CAPÍTULO III**  
**DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA**

**Art. 6º** Os ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos somente poderão circular no Município se estiverem em perfeitas condições de funcionamento e dotados dos equipamentos obrigatórios previstos nas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

**Art. 7º** São requisitos mínimos de segurança para a circulação:

**I** - para bicicletas e bicicletas elétricas:

- a) campainha;
- b) sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais;
- c) espelhos retrovisores em ambos os lados;
- d) pneus em bom estado de conservação e calibragem adequada;
- e) freios eficientes e independentes nas duas rodas;
- f) capacete ciclístico conforme a NBR nº 16.175;
- g) uso obrigatório de colete ou faixas refletivas no período noturno ou em condições de baixa visibilidade;

**II** - para ciclomotores:

- a) equipamentos obrigatórios definidos pelo CTB e resoluções do CONTRAN;
- b) capacete motociclístico com viseira ou óculos de proteção, certificado pelo INMETRO;
- c) iluminação dianteira, traseira e de placa em perfeito funcionamento;
- d) luz de freio e elementos refletivos na parte traseira e lateral do veículo;
- e) uso de vestimenta com elementos refletivos entre o pôr e o nascer do sol;

**III** - para equipamentos de mobilidade individual autopropelidos:

- a) sistema de freio eficiente;
- b) sinalização noturna dianteira (luz branca) e traseira (luz vermelha);
- c) campainha ou dispositivo sonoro de advertência;
- d) pneus e componentes estruturais em boas condições;
- e) limitação eletrônica de velocidade a 20 km/h (vinte quilômetros por hora);
- f) uso de capacete e, preferencialmente, joelheiras e cotoveleiras.

**Art. 8º** É dever do condutor:

- I** - manter o veículo em condições seguras de operação;
- II** - utilizar os equipamentos de proteção individual exigidos;
- III** - observar as normas de circulação e conduta desta Lei e do Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 9º** O descumprimento dos requisitos de segurança previstos neste Capítulo sujeitará o infrator às penalidades estabelecidas nos arts. 12 e 13 desta Lei, sem prejuízo das sanções previstas no CTB.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**CAPÍTULO IV**  
**DA FISCALIZAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 10** A fiscalização prevista nesta Lei será exercida pela Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, por meio da Guarda Civil Municipal de São Pedro da Aldeia (GCMSPA), observadas as disposições do CTB e das resoluções do CONTRAN.

**Art. 11** Compete à Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, por intermédio da GCMSPA:

- I** - garantir o cumprimento das normas de circulação e conduta;
- II** - autuar infrações e aplicar penalidades, nos termos da legislação;
- III** - promover a remoção de veículos em situação irregular;
- IV** - realizar campanhas educativas sobre segurança e mobilidade urbana.

**CAPÍTULO V**  
**DAS PENALIDADES**

**Art. 12.** Constituem penalidades aplicáveis às infrações desta Lei:

- I** - multa;
- II** - remoção do veículo.

**Art. 13** A multa corresponderá a 20 (vinte) UFMs, aplicando-se o valor de 50 (cinquenta) UFMs em caso de reincidência.

**Art. 14** A remoção do veículo será cabível:

- I** - quando a infração for cometida por pessoa inimputável e não houver responsável identificado;
- II** - quando o veículo estiver estacionado ou alterado em desacordo com esta Lei ou com as normas do CONTRAN.

**Art. 15** A liberação do veículo removido dependerá de:

- I** - comprovação da titularidade;
- II** - pagamento das despesas de remoção e estadia;
- III** - regularização do veículo conforme as normas aplicáveis.

**Art. 16** Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias sem reclamação do proprietário, o veículo poderá ser levado a leilão, conforme legislação vigente.

**Art. 17** As penalidades previstas nesta Lei não excluem outras sanções cabíveis com base no CTB ou em legislação correlata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 18** Os ciclomotores permanecem sujeitos às penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 19** Compete à Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, por meio da GCMSPA, aplicar esta Lei, realizar autuações, instaurar e julgar os processos administrativos decorrentes.

**Art. 20** Fica criada a Junta Interna de Recursos de Infrações (JIRI), composta por servidores da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública e da GCMSPA, para processar e julgar os recursos administrativos.

**Parágrafo único** - A estrutura, composição e funcionamento da JIRI serão definidos em decreto regulamentar.


**Art. 21** As receitas provenientes das multas serão destinadas à Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública e aplicadas em ações de educação para o trânsito e de mobilidade urbana segura.

**Art. 22** A cobrança das multas caberá à Secretaria Municipal de Fazenda.

**Art. 23** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 24** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia,**  
**10 de dezembro de 2025.**

  
**FÁBIO DO PASTEL**  
**Carlos Fábio da Silva**  
**= Prefeito =**